



RESENHA

A escola: libertadora ou vilã?

SOARES, Magda. *Linguagem e escola - uma perspectiva social*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 158 p.

Ilaine Ines Dona

Leandra Ines Seganfredo Santos

O livro *Linguagem e escola: uma retrospectiva social*, escrito e publicado pela autora Magda Soares pela primeira vez, em 1986. Lamentavelmente, ainda nos dias de hoje, seu conteúdo é extremamente atual. Isso porque se percebe o retrocesso ou mesmo a estagnação no âmbito educacional ou seja, ainda se faz necessário discutir acerca das relações injustas que pairam sobre a escola pública e a sociedade, a qual estamos inseridos.

Magda Soares dedicou sua vida à educação. Graduada em Letras, doutora livre-docente em Educação, professora e pesquisadora da Universidade de Minas Gerais (UFMG) e atualmente professora voluntária em escolas de rede pública municipal, vem desenvolvendo projetos voltados à alfabetização e ao letramento na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. O caminho intelectual da autora é devotado à educação, que objetiva trazer aos seus leitores uma reflexão ao que ela denomina de ‘conflito entre a linguagem’ que se efetiva em dois paralelos de modelos de escola, que são direcionada às ‘camadas privilegiadas’ e às ‘camadas populares’.

Suas obras trazem análises acerca da educação, dialogando diretamente com a linguística, pois dialoga tanto com a alfabetização quanto ao letramento. Em seu livro *Alfabetização: A questão dos métodos*, a autora aponta e discute os vários métodos voltados a alfabetização, apresentando ao docente diferentes métodos aplicáveis na prática pedagógica. Outra obra de destaque é *Alfabetização e Letramento*, em que a autora toca na ‘ferida’ dolorosa da educação - o analfabetismo. Magda Soares não

elucida apenas os problemas teóricos, mas também expõe possíveis soluções por meio de sugestões de ações.

A obra aqui resenhada divide-se em oito capítulos a contar com a introdução, sendo os temas: *O fracasso da/na escola; Deficiência linguística? Diferença não é deficiência. Na escola, diferença é deficiência. Que pode fazer a escola?* Ao final a autora traz um glossário, juntamente com uma bibliografia comentada.

Com base na obra *Linguagem e escola: uma perspectiva social* somos impulsionados a analisar as relações entre linguagem e escola. A partir de tal análise, buscamos compreender os problemas envolvidos na relação entre educação de qualidade e escola pública. Segundo a autora, quando nos concentramos em dados estatísticos fica evidente o salto da educação quantitativa, isto é, as camadas populares alcançaram o direito ao acesso à escola, que vai desde a educação infantil ao Ensino Médio. Ao mesmo tempo fica evidente o fracasso frente à educação qualitativa. Conforme com a autora, vários são os motivos, mas o principal ‘vilão’ da falta de aprendizagem e a evasão escolar, são os conflitos de linguagem entre alunos e escola. Para Magda Soares, o aluno sente-se censurado, ou mesmo estigmatizado, pela escola quanto a sua comunicação linguística, gerando baixo rendimento escolar, e por vezes o afastando definitivo dos bancos escolares.

No capítulo *O fracasso da/na escola*, Magda Soares inicia com o seguinte questionamento: Uma escola para o povo ou contra o povo? Para embasar seus argumentos, a autora elenca dados estatísticos, desmistificando os discursos acerca da “igualdade de oportunidades e educação como direito de todos” (CF, 1988). Em suas palavras, *As camadas desfavorecidas* acreditam por intermédio dos discursos demagógicos que a escola é uma doação do Estado, quando na verdade esta foi e é uma luta progressiva de uma pequena parcela da sociedade que reivindica a democratização do saber. Orienta que, diante do fracasso escolar, há de se buscar respostas, já que, diferente disso, a escola realmente se mostra contra ao invés de a favor do povo, como somos por vezes levados a crer.

Prossegue Magda Soares afirmando que, a sociedade em decorrência de algumas vertentes teóricas pedagógicas e psicológicas, tende a culpar o próprio indivíduo pelo seu fracasso escolar, isentando a escola de qualquer responsabilidade, buscando explicar a partir de ideologias. Dentre estas, a autora destaca a ‘ideologia do dom’.

Esta vertente ideológica visa atestar a mensuração de aptidões intelectuais que naturalmente levam o ser humano ao fracasso. Segundo essa perspectiva as

oportunidades oferecidas são as mesmas, vai depender, portanto, da aptidão e prontidão para a aprendizagem. Caso esta não ocorra, a culpa está vinculada ao próprio indivíduo que não é provido do dom. Neste contexto, sua exclusão é naturalmente aceitável, considera-se que ‘ele’ que é inapto a aprendizagem.

Há ainda a ideologia da ‘deficiência cultural’, de acordo com esta ideologia, o meio social do menos favorecido é extremamente pobre do ponto de vista cultural, sendo esta responsável mais uma vez pelo fracasso. Assim como a ideologia das ‘diferenças culturais’, ressalta que os padrões culturais oriundos das classes desfavorecidas, são consideradas *subculturas*, inferiores, a escola passa a avaliar e declarar como modelo ‘certo’ a seguir o que a classe favorecida passa a ditar.

Para Magda Soares, mais uma vez a diversidade cultural, é tida como deficiência cultural, com isso legitima-se a segregação dos que não seguem esses padrões elitizados. Nesta corrente, ainda há de se destacar o papel da linguagem, haja vista que, linguagem e cultura, estão intrinsicamente ligadas, gerando o preconceito e a discriminação diante dessa variante linguística nos falares da classe menos privilegiada socialmente. As razões do fracasso se explica, segundo a autora, quando passa-se a culpar a classe desfavorecida pelo insucesso, desta forma pode-se isentar a sociedade capitalista, assim como a escola que a isenta de qualquer responsabilidade.

No capítulo *Deficiência linguística?* Nos é apresentada a ‘ideologia da patologização da pobreza’, que atribui o fracasso das crianças às condições socioeconômicas e culturais a qual são expostas junto as suas famílias pobres. Com base nesta ideologia, a criança, além de ter a deficiência linguística, ou seja, vocabulário pobre, erros de linguagem, baixo nível intelectual, ainda esta deficiência se estenderá ao seu cognitivo, conseqüentemente comprometendo seu êxito na aprendizagem. A criança da classe favorecida, por sua vez, não correrá esse risco, dado que vive em um ambiente rico em estímulos que a levarão a aprendizagem, pois os adultos que a cercam são comprometidos, lhes transmitindo confiança em seu aprendizado.

Fica evidente em cada linha da obra de Magda Soares, o quanto a escola e a sociedade ‘pecam’ ao discriminar a criança das camadas populares, ficando visível tal discriminação, diferentemente do que acontece com as crianças de classes favorecidas. Para a autora, enquanto a escola não se voltar para uma ideologia a favor do povo e para o povo, a educação continuará neste retrocesso.

A escola tem que se dar conta, assim como as classes mais abastadas, que vivemos em um país rico em diversidade tanto cultural quanto linguística. O aluno que

chega a escola com traços marcantes dessa variação deve ser respeitado em suas peculiaridades e não ser tido como incapaz de aprender. Por conseguinte, saber que não se faz necessário a criação de programas de compensação, que apenas mascara o problema, ao invés de tratá-lo. Isso será possível a partir do momento em que sociedade e escola deixarem de negar que discriminam as classes populares. Então sim, o fracasso e insucesso escolar poderão ser tratados de forma eficaz, sem hipocrisias e ideologias voltadas para apenas levantar hipóteses e não deveras solucionar os problemas enfrentados pela classe desfavorecida de nossa sociedade, assevera Magda Soares.

Em *Diferença não é deficiência*, Soares desmistifica os conceitos de que exista uma deficiência linguística responsável pela dificuldade de aprendizagem. Para atestar seu posicionamento, a autora nos brinda com pesquisas de Labov, que rejeita completamente tal conceito. O autor considera essa tese um mito sem base científica. Em sua pesquisa Labov esclarece que crianças das camadas populares comunicam-se tanto quanto as outras crianças das classes mais abastadas. Destaca também que a responsabilidade do fracasso das camadas populares estaria na forma da escola tratar esses alunos, alegando existir uma carência e deficiência em comparação com os alunos advindos de classes superiores.

O capítulo se encerra com a chamada de consciência tanto voltado para os professores quanto para a população em geral, orientando para a mudança de atitude frente às variações linguísticas, isto é, uma sociedade unida em prol da aceitação da linguagem, livre de discriminação. Infelizmente, tal postura é criticada por muitos e vista como utópica, dessa maneira, a discriminação não provém única e exclusivamente da fala dos menos favorecidos, mas de sua condição sociocultural e econômica.

Em *Na escola, diferença é deficiência*, Magda Soares traz à tona dois sociólogos de renome Bourdieu e Passeron, para alicerce reflexivo-teórico, que se estende aos leitores. Com base nesses, Magda Soares salienta que a função da escola tem sido a de perenizar a desigualdade, ou melhor dizendo, disseminar a discriminação, quando na verdade seu papel deveria ser o inverso. A discussão é permeada pelas teorias trazidas para discussão, ‘teoria das diferenças sociais’ e ‘teoria das diferenças culturais e linguísticas’, ambas inferem à escola a responsabilidade de traçar meios de sanar quaisquer desses problemas relacionados no ambiente escolar.

De acordo com Bourdieu, o indivíduo quando convive em sociedade é cercado por bens materiais e bens simbólicos, neste último, o sociólogo, afirma que, a classe desfavorecida não detém a força linguística necessária, ou seja, valor e poder como há

no uso dos interlocutores da classe dos mais favorecidos. Segundo ele, não dependerá do conteúdo da ‘fala’, mas sim de quem fala e como fala, deixando claro o desprestígio linguístico direcionados aos grupos das classes desprivilegiadas socioeconomicamente.

Neste sentido, a escola diante da comunicação linguística, faz uso da chamada linguagem ‘legítima’ – linguagem autorizada, respeitada, acreditada, apreciada e obedecida. Todavia, a instituição escolar que detém a função de ensinar a linguagem ‘legítima’. Ao final nos deparamos com o fracasso de uma grande parcela dos seus alunos advindos das classes populares, evidenciando-se uma contradição, se é através da escola que se aprende a linguagem ‘legítima’, o porquê do fracasso? – Mais uma vez, nos deparamos com a discriminação direcionada a um grupo da sociedade, e a escola sendo conivente, onde simula soluções quando na verdade prolifera a discriminação em meio a essa camada social desfavorecida.

No sexto capítulo, *Que pode fazer a escola?* A autora faz, a princípio, uma retomada das três teorias já apresentadas, sendo: ‘a teoria da deficiência linguística’, ‘teoria das diferenças linguísticas’ e ‘teoria do capital linguístico escolarmente rentável’. As duas primeiras teorias convergem quanto à função da escola, que é o de fazer com que o aluno se adapte à sociedade, que conforme ambas, a sociedade se mostra justa. Segundo a terceira teoria, o capital linguístico e a escola tem a missão de promover a igualdade social. A partir dos apontamentos trazidos pela autora, isso nos leva a reflexão sobre o ponto crucial acerca da linguagem e escola, isto é, a linguagem dos menos favorecidos diante da linguagem dos mais abastados, sendo mais uma vez, vítimas de preconceito e discriminação a linguagem da classe popular. A escola, para tentar solucionar tal impasse, se mostra como ‘Redentora’, capaz de abjurar seus alunos da delinquência linguística por via dos ‘programas de educação compensatória’.

Concluimos, portanto, se a escola propõe tais programas, porque desconsidera a linguagem da classe popular e diante de tais conflitos a escola se mostra impotente? Neste intento, a instituição mais uma vez, se faz reprodutora das desigualdades com os usuários da linguagem não padrão estabelecida pela sociedade capitalista.

Finalmente nos é exposta a escola ‘Transformadora’. Tal escola se volta a favor das camadas populares, visa a transformação social por meio da luta, numa tentativa de garantia de direitos. A escola transformadora, assim como o bidialetalismo, sugere que, frente às diferenças linguísticas e culturais, o aluno tenha o direito de obter por intermédio do capital cultural (cultura tida como legítima) a capacidade de operar sua linguagem para garantir seu direito frente a luta contra as barreiras que lhes são

impostas devido a linguagem 'ilegítima', sendo que, a garantia destes espaços lhe garantirão direitos de acesso dantes negados, pois não há dissociação entre linguagem e classe social para a garantia do ensino da língua materna.

Ao final do livro, Magda Soares realça um glossário crítico e significativo, para que o leitor tenha a sua disposição um melhor entendimento do que é apresentado no decorrer de sua obra. A última parte é direcionada a todos aqueles que têm o desejo de aprofundar seu conhecimento acerca dos autores destacados e suas respectivas teorias, através de uma bibliografia comentada.

A obra de Magda Soares é um bom caminho para levar todos aqueles ligados a educação, refletirem sobre sua práxis, bem como seus conceitos frente à linguagem. O escrito é de suma importância para os docentes, considerando que reflete a garantia de uma escola acessível a todos, sem distinção, discriminação ou preconceito linguístico. Em suma, o livro se estabelece com um material orientativo riquíssimo que pode guiar o professor em sua prática.